

**13914 - Agricultura de base ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul: aspectos sobre sua emergência e práticas sociais relacionadas**

*Ecologically-based agriculture at North Coast of Rio Grande do Sul (Brazil): aspects about it emergency and related social practices*

PETTENON, Lauren da Silva<sup>1</sup>; MARQUES, Flávia Charão<sup>1</sup>

1 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), [laurenpettenon@yahoo.com.br](mailto:laurenpettenon@yahoo.com.br); [flavia.marques@ufrgs.br](mailto:flavia.marques@ufrgs.br)

**Resumo**

O presente trabalho busca, através de pesquisa bibliográfica e qualitativa, elucidar práticas agrícolas e de organização social levadas a cabo por agricultores e outros atores sociais no sentido de fazer emergir dinâmicas de conhecimento que potencialmente levam à produção de novidades na agricultura de base ecológica. O artigo apresenta resultados preliminares de pesquisa realizada junto a famílias de agricultores situadas no Litoral Norte do RS.

**Palavras-chave:** desenvolvimento rural; conhecimento; produção de novidades; agricultura ecológica.

**Abstract:** This paper seeks, through a literature review and qualitative research, elucidate farming practices and social organization processes carried out by farmers and other social actors in order to bring out the dynamics of knowledge that potentially lead to novelty production in ecologically-based agriculture. The article presents preliminary results from research conducted with farm families located on North Coast of the Rio Grande do Sul, Brazil.

**Keywords:** rural development; knowledge; novelty production; ecological agriculture.

**Introdução**

Este trabalho se insere nos chamados 'estudos das transições', que constituem esforços teórico-metodológicos recentes que buscam analisar processos de mudança social, relacionando transformações tecnológicas desenvolvidas em contextos locais específicos aos múltiplos atores sociais e suas práticas. Nessa linha, surgem reflexões referentes às heterogeneidades emergentes dos processos de desenvolvimento rural e da criatividade dos agricultores familiares na produção de novidades<sup>1</sup>. Processo que mescla diálogo entre mediadores sociais, agentes de políticas públicas, pesquisadores, agricultores, dentre outros atores.

Considerando que os olhares cada vez mais se orientam para a valorização dos conhecimentos e práticas locais, os agricultores, antes à margem dos processos de desenvolvimento de cunho linear e modernizante, passam a ocupar uma posição de protagonismo em ações de mudança com viés sustentável. Nas concepções sociais e ambientalistas, ganham corpo as políticas que venham a fomentar a viabilidade econômica aliada aos princípios éticos, participativos e de negociação, especialmente, com perspectiva para a reprodução e equidade social de grupos vulneráveis.

---

<sup>1</sup> Do original *Novelty Production*, é derivado de uma rica tradição de estudos dedicados à compreensão das mudanças tecnológicas (PLOEG *et al.*, 2004). É um termo chave que representa novas ideias, práticas, artefatos, e/ou combinações de recursos, de processos tecnológicos, de diferentes corpos do conhecimento. As novidades carregam a promessa de que um arranjo específico que potencialmente pode resultar em melhorias (podem ser um processo de produção, uma rede, a integração de diferentes atividades) (OOSTINDIE *et al.*, 2008, p. 68).

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS), há algum tempo, abriga pesquisas, projetos e ações de organizações ambientalistas. Essas iniciativas vêm enfatizando resultados da interação do conhecimento local com os conhecimentos técnico científicos, fato este que possibilita um novo olhar sobre o espaço rural na região. Uma observação mais cuidadosa começa a mostrar que há o surgimento de novos arranjos que são, ao mesmo tempo, sociais e técnicos, e que guardam potencial de transformação e inovação. Para fins da reflexão aqui apresentada, se está considerando a agricultura de base ecológica no Litoral Norte como um desses processos inovadores.

Deste modo, objetiva-se: contextualizar a agricultura de base ecológica no Litoral Norte do RS, enfatizando alguns aspectos que incentivaram seu surgimento; e evidenciar algumas práticas agrícolas e de organização social que parecem estar contribuindo para os processos de aprendizagem relacionados à produção de novidades.

### **Metodologia**

A condução dos estudos que dão base a este trabalho utilizou-se de revisão de bibliografia e realização de observação participante e entrevistas orientadas por metodologia de cunho qualitativo. A escolha da metodologia qualitativa deu-se principalmente por utilizar-se como pilar, na concepção deste trabalho, a Perspectiva Orientada ao Ator, a qual combina um marco teórico sociológico amplo com pesquisas empíricas, sobretudo de caráter etnográfico. Um dos seus focos centrais é o estudo dos diversos aspectos do que é caracterizado como 'vida social' do desenvolvimento rural e dos processos cognitivos nela envolvidos (LONG, 2001).

Basicamente, são dois os pressupostos que balizam o trabalho. Primeiro, que é relevante investigar como os agricultores imersos em seus contextos dão forma a novas possibilidades para o desenvolvimento, considerando que estes grupos sociais possuem agência sobre suas práticas, mas também sobre as ações de planejamento e de intervenção social, econômica e tecnológica. Segundo, os agricultores são percebidos como sujeitos ativos das mudanças, participando de diferentes maneiras da construção de conhecimentos e seus desdobramentos.

### **A agricultura de base ecológica no Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

O Litoral Norte do RS situa-se inteiramente nos domínios do Bioma Mata Atlântica (IBGE, 2008). As formações florestais abrigam espécies de relevância ecológica e ambiental de fauna e flora, as quais em decorrência das ações antrópicas sofreram frequentes supressões. São nessas áreas de encostas onde as florestas da Mata Atlântica encobrem os morros que se verifica a presença de diferentes fases da ocupação humana as quais vão desde a fase indígena até ao período moderno-produtivista<sup>2</sup>.

Por volta do ano de 1875, a instalação dos colonos (assim são chamados os imigrantes europeus) correspondeu a um período de modificação do ambiente

<sup>2</sup> Relatório de Pesquisa elaborado, no ano 2000, pela ONG Ação Nascente Maquiné (ANAMA) e Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) para análise e levantamento do contexto social, econômico e ambiental da região. Nele, são identificadas as diferentes fases de ocupação humana: Indígena, Colonial-Portuguesa, Colonial-Imigrante e Produtivista-Moderno, que são detalhadamente descritas e partem da noção de Sistemas Agrários para entender a evolução e diferenciação destas etapas (ANAMA/PGDR, 2000).

natural, sobretudo, na conquista do espaço em detrimento da floresta, viabilizando a efetiva reprodução dos modos de produzir e de viver por este grupo. Grosso modo, este grupo está associado às práticas tradicionais agrícolas peculiares às encostas do Litoral Norte que, posteriormente, passariam pelo processo de modernização agrícola e entrariam em conflito com os interesses conservacionistas internalizados nas leis ambientais.

A partir dos anos 1950, a modernização agrícola que chegava a todo país também alcança as comunidades rurais do Litoral Norte, com isto finda o período identificado como colonial (conforme relatório mencionado anteriormente). Este novo período caracterizado pelo modelo Produtivista – Moderno, durante as décadas 1960 e 1970 foi marcado por mudanças na base técnica da produção e por padrões desenvolvimentistas capitalistas. As comunidades rurais do Litoral Norte logo sentiram os impactos das alterações do modelo produtivo e social com a queda dos preços dos produtos ali produzidos e também pela dificuldade de comercialização dos animais de raças crioulas da região. Assim como em outras regiões rurais do país, o êxodo para as áreas urbanas começou a ocorrer de forma pronunciada no Litoral Norte. Nesta fase, entram em cena as emergentes questões ambientais, uma vez que as particularidades dos novos arranjos socioeconômicos estavam intimamente ligadas ao uso dos recursos naturais da região, mais especificamente o avanço sobre as áreas de florestas das encostas.

Na década de 1980, as idéias preservacionistas ganham força com a legitimação da legislação ambiental, sendo a Mata Atlântica legalmente amparada pelo Código Florestal Nacional (vigente desde 1965) e pela Constituição Federal de 1988. As práticas locais de corte e queima são vistas como afronta à preservação do ambiente. O controle efetivo pelos órgãos de fiscalização corroborou para o processo de evasão das zonas de encostas pelos agricultores. Durante este período, os órgãos ambientais amparados pela legislação vigente ofereceram poucas opções para a manutenção dessas famílias nesses locais. Os agricultores ali presentes empolgados com as promessas da modernização agrícola de aumento de produtividade, passaram a desmatar cada vez mais para obter novas áreas de produção.

O surgimento desses controles ambientais afetam profundamente os modos de vida e o conjunto de valores das famílias de agricultores presentes na região do Litoral Norte. Percebendo estas mudanças como uma problemática, os grupos que não se adequaram ao processo desenvolvimentista e/ou às normas ambientais passaram a sentir-se desamparados e, naturalmente, começam a buscar formas de superação desta crise. Com isto, começam a surgir os debates sobre sustentabilidade e as primeiras noções de que se poderia conjugar estratégias de conservação pelo uso deste ecossistema. Nesta direção, encontram-se as ideias dos movimentos ambientalistas e ecológico que passavam a atuar na região, através deles a articulação de pessoas e instituições começam adentrar os espaços públicos e políticos (LUZ, 2012).

De certa forma, é parte deste processo o nascimento de associações preocupadas com produção ecológica de alimentos. Elas tiveram e têm papel chave na motivação de técnicos, de agricultores e de pessoas interessadas na temática colocada como prática alternativa ao modelo predominante. É a partir destas organizações que as mobilizações para a mudança das práticas e técnicas agrícolas convencionais para

as ecológicas de caráter conservacionista começam adentrar nas comunidades rurais do Litoral Norte. Em outras palavras, o diálogo do movimento ambientalista com as comunidades locais faz surgir propostas que visam viabilidade econômica, social e ambiental para que as famílias permaneçam em seus locais com qualidade de vida.

### **Práticas emergentes entre os agricultores**

A partir dos resultados preliminares do estudo das práticas e dinâmicas do conhecimento entre agricultores que estão desenvolvendo a agricultura de base ecológica no Litoral Norte do RS, destacam-se quatro práticas. Elas estão sendo consideradas inovadoras e incluem o manejo da broca-da-bananeira (*Cosmopolites sordidus*), a introdução de sistemas agroflorestais, a criação de uma cooperativa e a mobilização para o estabelecimento de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC<sup>3</sup>).

O processo constante de experimentação, inerente ao ‘fazer’ e ao ‘saber’ agrícola pode ou não culminar na produção de algo novo, sendo que isto está intimamente relacionado com o tempo e com certa organização espacial contextualizada na qual os agricultores estão inseridos. As novidades, então, estão intimamente relacionadas com expectativas. Neste sentido, vislumbra-se a agricultura de base ecológica como uma novidade, a qual emerge dentro de um regime dominante, entendido como a agricultura convencional e, até mesmo, embutido nas regras ambientais. Destaca-se que novidades acabam por relacionarem-se com outros conhecimentos e outros contextos gerando, assim, novidades inter-relacionadas (MARQUES, 2011). Deste modo, são vários os desdobramentos que estão se configurando na região de abrangência do trabalho a partir das possibilidades abertas com o desenvolvimento da agricultura de base ecológica, ainda que nem todos os direcionamentos das novas configurações estejam claramente definidos. É importante lembrar que novidades precisam ser ‘nutridas’ de modo a desenvolver todo seu potencial transformador (PLOEG et al, 2004).

Percebe-se que as respostas emergentes, muitas vezes às margens regime prevalente, vão em direção oposta do que foi proposto pela modernização, e por isso apontam outras formas de utilizar os recursos disponíveis, diferentes organizações sociais e estruturas de trabalho. Considerando que a produção de novidades é intrínseca à agricultura como coprodução, ela reforça a noção de que a agricultura é interação e transformação mútua do social e do natural (PLOEG, 2003 *apud* Marques, 2011). Em sendo assim, produzir novidades conjuga inúmeros processos de aprendizagens, envolvendo cognições diversas, além de dinâmicas identificáveis como processos de construção de conhecimento. Oostindie e Broekhuizen (2008) assinalam que estas dinâmicas identificadas como: socialização, recombinação, internalização e exteriorização caminham juntos para criar conhecimentos locais.

---

<sup>3</sup> Mecanismo participativo de controle da qualidade orgânica estabelecido pela Instrução Normativa 19 (IN19/2009), complementar à Lei dos Orgânicos (Lei 10831/2003). Seu estabelecimento depende de organização local, articulando diferentes atores, tais como: agricultores técnicos e consumidores.

As novas práticas parecem emergir destas dinâmicas do conhecimento, evidenciando-se a participação dos conhecimentos locais. As novidades também estão relacionadas a dinamismos estabelecidos pelo contato entre com outros atores, que acabam por constituir redes ampliadas de relações (MARQUES, 2011). Um dos entrevistados reconheceu que cada agricultor possui seu conhecimento, mas que cursos e atividades de formação contribuem para “anelar” tal conhecimento. Está por trás desta ideia a noção de que o contato com os técnicos traz elementos de carga lógica e explicativa, que corroboram com percepções e práticas de manejo dos agricultores. Quando os atores sociais combinam ideias de diferentes fontes de conhecimento implica na produção de conhecimento novo, ampliando o estoque de conhecimento existente (BELUSSI *et al*, 2000). Este processo faz parte da sustentação ao processo de produção de novidades e pode ser reconhecido como a construção de um conhecimento contextualizado localmente.

### **Conclusões**

A agricultura de base ecológica no Litoral Norte do RS surge do diálogo de organizações ambientalistas e a comunidade local que, em um dado momento, passam a identificar que seria possível conservar o ambiente pelo uso dos recursos ecossistêmicos. O processo constante de experimentação realizado pelos agricultores, alimentado também pelo intercâmbio de ideias entre diferentes fontes de conhecimento parecem contribuir para mudanças de ordem técnica e social, de modo recíproco e constante. Portanto, são as práticas sociais, que redundam em dinâmicas de conhecimento, responsáveis pela emergência de potenciais novidades na agricultura de base ecológica, que parece estar contribuindo com a reprodução social e econômica das famílias que permanecem na região.

### **Referências bibliográficas**

- ANAMA/PGDR, 2000. **Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné- RS: Perspectiva para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS. 98p.
- BELUSSI, F.; PILOTTI, L., 2000. **Knowledge creation and collective learning in the Italian local production systems**. Dipartimento de Scienze Economiche Marco Fanno, Università degli Studi di Padova. Disponível em: <<http://www.decon.unipd.it/assets/pdf/dp/0021.pdf>>. Acesso em: 18 de agosto de 2009.
- IBGE, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
- LONG, N. (2001). **Development sociology: actor perspectives**. London and New York: Routledge. 293 p.
- MARQUES, F. C., 2011. Nicho e novidade: nuances de uma possível radicalização inovadora na agricultura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (orgs.). **Os Atores de desenvolvimento rural: práticas produtivas e processos sociais emergentes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 145-158.
- Luz, L. F.; **Agrobiodiversidade e agroindústria familiar rural: espaços de diálogo sobre os produtos da agricultura familiar no Litoral Norte do Rio Grande do Sul/** Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRGS. Porto Alegre, p. 161.
- OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. van. The Dynamics of Novelty Production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T., 2008. **Unfolding Webs: the dynamics regional rural development**. Wageningen: ETUDE. Cap. 4, p. 68 – 86.

PLOEG, J. D. van der et al., 2004. On Regimes, Novelty, Niches and Co-Production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der. **Seeds of Transition**. Assen: Van Gorcum. p. 1-30.